
PARTICIPAÇÃO, MARGINALIDADE E MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

ZERO, Maria Aparecida¹

RESUMO: O presente artigo aborda questões relativas ao sentido da participação em diversos âmbitos sociais e exemplos de lutas históricas que colaboraram para maior engajamento da população nos processos participativos. Especifica a necessidade da formação de uma cultura participativa e coloca à tona os princípios entravém participacionistas que geram, como consequência, processos de marginalização social, irregularmente classificados de marginalidade social.

Palavras- chave: Participação. Marginalidade. Marginalização. Social.

SUMMARY: The present article approaches issues related to the participating sense is many social realms and exemples of historical fights, which contributed for a bigger engagement of the pupulation in the participating processes. It specifies the necessity of a participating culture formation and brings to surface the main participating problem that cause as a consequence the social marginalization process, wrongly called social margination process.

Keywords: Participation. Marginality. Marginalization Social.

Pouco a pouco, as pessoas começavam a sentir-se e definir-se como cidadãos, com voz e voto, com opinião e decisão; a despeito das diferenças e discriminações de classe, raça, religião, sexo e outras, as pessoas começavam a definir-se com base em um elemento político comum às vezes novo, para muitos. a filiação partidária. o voto secreto na eleições municipais, estaduais e federais, a possibilidade de falar pla voz do deputado , de fazer-se ouvir pelo lider do sindicato ou partido. por via da imprensa escrita ou falada, tudo isso constituía o princípio e a prática da cidadania. (Octavio Iainm)

Houve uma popularização do termo “participação” a partir da década de 1960. A reivindicação po maior participação teve início com os estudantes e se consubstanciou com forças de grupos da sociedade que queriam ver os seus direitos implantados na prática. O interesse por participação tem se generalizado nos últimos anos. Movimentos participativos surgem de todos os cantos, nas mais variadas atividades da vida humana, pois participar parece ser uma necessidade universal. As pessoas querem participar em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política. Situações de participacionismo em foros

¹ Dnda. Em Educação na UNICAMP; Professora na Universidade de Franca e Fundação Educacional de Ituverava e Supervisora de Ensino na Rede Pública Estadual Paulista.

internacionais têm propiciado decisões que afetam o destino do mundo. Para Juan E. Diaz Bordenave (1983), o homem não é uma ilha, ele tem necessidade de viver agrupado com seus iguais, e no mundo inteiro nota-se uma “tendência para a intensificação dos processos participativos”. Como causa, cita o descontentamento geral com a marginalização do povo em relação aos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos.

Bordenave refere-se, ainda, a consequência desastrosas em relação às dificuldades impostas ao homem no sentido de obstaculizar sua participação e aponta perspectivas para a sociedade participativa vislumbrada no futuro:

Participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Nesse sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolve seu potencial pleno numa sociedade que permitia e facilite a participação de todos. O futuro só se dará numa sociedade participativa” (1983, p. 17).

Entretando, corre-se o risco de que as contribuições da participação sejam de caráter unicamente instrumental, e que se valorize apenas os resultados utilitários. Ocorre que a participação é uma necessidade básica e fundamental do ser humano, conforme o são “a comida, o sono e a saúde”. Porém, a análise do entusiasmo e da motivação dos participantes em atividades comunitárias demonstra uma satisfação pessoal que em muito transcende os resultados úteis da participação.

Além disso, através da participação, outras necessidades igualmente importante também são contempladas, como por exemplo as formas de comunicação, de interação, de auto-expressão, de desenvolvimento do pensamento reflexivo, da auto e da hetero-valorização.

Bordenave conclui com a análise de que a participação tem duas bases que deveriam se equilibrar: uma base afetiva – ligada ao prazer em fazer coisas com outros – e uma base instrumental – participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos.

Focando o conceito de participação, há de se lembrar, no entanto, que, geralmente, ocorre uma imprecisão em relação a ele. Paterman (1992), assevera que, embora a

noção seja bastante utilizada por quem escreveu sobre a administração, em muitos casos a participação não é definida, ou é bastante imprecisa. Em sua obra *Participação e teoria democrática*, especifica algumas definições:

Participação consiste na criação de oportunidades, sob as condições adequadas, para que as pessoas influam nas decisões que as afetam. Essa influência pode ser de pouca a muita...[participação] constitui um caso especial de delegação no qual o subordinado adquire um controle maior, uma maior liberdade e escolha em relação a suas próprias responsabilidades. O termo participação é usualmente plicado à maior influência do subordinado sobre assuntos de responsabilidade do superior (MCGREGOR pp. 126 e 130).

Participação consiste em quaisquer dos processos pelos quais os empregados, além dos empresários, também contribuem de modo positivo para que se consigam decisões administrativas que afetem seu trabalho (SAWTELL, 1968, p. 1).

A totalidade daquelas formas em que o exercício de poder de baixo para cima por parte dos subordinados nas organizações é percebido como legítimo tanto por eles quanto para o seus superiores (LAMMERS, 1967, p. 205).

Ou aquela em que a própria PATERMAN toma como ponto de partida:

“É um processo no qual duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente nas tomadas ... de decisões”.

Para Lima Neto, abordando o conceito de uma forma mais geral: “participar é tomar parte em alguma coisa, é ter parte em alguma coisa, é fazer parte de algo, é ser parte de uma coisa” (1989, p. 8). Porém considera que, em sentido mais específico, “participar sigficado atualmente uma conquista que os seres humanos vêm fazendo no correr dos séculos para poderem se responsabilizar pela procura de solução para todo e qualquer problema que existia”.

Nesse sentido, o “participar” cada vez mais está vinculado a um desejo interno de se expressar, de falar o que pensa, de interferir no processo de construção, de se engajar com outras pessoas. Está associado a uma necessidade de auto-expressão, de auto-valorização, de valorização da sociedade. Os indivíduos vão sentindo que podem participar das decisões, se aproximarem e se apossarem do poder e que isto resulta em responsabilização pelas soluções tomadas por este poder. A participação em uma sucessão de atividades, em que é oportunizado às pessoas se expressarem, dizerem o pensam, o que decidem, como podem ser úteis, resulta em uma valorização, numa realização e faz com que o ser humano possa progredir individual e coletivamente.

A participação está ligada à crença das potencialidades, à decisão do próprio destino, ao engajamento em um processo de luta, à conquista de espaços, à possibilidade de ser respeitado. Acreditar nisso pode levar uma comunidade que é oprimida, enganada, a se organizar e descobrir seu próprio caminho, libertar-se construindo outros rumos e assim construir a sua história.

Através dos séculos, a humanidade viu muitos exemplos de lutas para conseguir participação. Lima Neto cita alguns exemplos históricos, que convém serem ressaltados: a luta pela participação do povo na política, que fez com que se chegasse à forma de governo chamada democracia; a luta pela libertação da mulher, que criou vários movimentos e conquistas relacionadas aos direitos femininos; a luta contra o racismo, contra a guerra e pela paz, pela preservação da natureza, pelos pobres e oprimidos. Enfim, essas lutas acontecem para que as diversas categorias dos seres humanos possam participar das grandes decisões e se responsabilizar por elas.

A concepção de marginalidade é igualmente importante para se entender o conceito de participação. Para Bordenave (1983), marginalidade significa “ficar de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir” (p.18). Salienta, entretanto, que o conceito é mal compreendido, pois basta observarmos a forma de aplicação da palavra marginal a qualquer criminoso, excluindo-o da participação nos processos sociais.

Outra forma errônea de entendermos marginalidade se refere à participação apenas nos bens de consumo ou bens culturais disponíveis na sociedade. Para os que vêem assim, estariam em situação de marginalidade todas as pessoas que não conseguissem usufruir de bens como empregos, lazer, transporte, moradia, escolas, etc. que, aliás, representam substancial proporção da população. Nesse caso, acentua-se o erro, quando a responsabilidade por essa situação marginal é atribuída aos próprios grupos, principalmente no tocante às dificuldades educativas, como por exemplo o analfabetismo, ou uma precária formação básica, o que seria considerado como consequência do atraso de alguns, em relação ao restante mais “moderno” ou mais “desenvolvido”.

Para o autor, a maneira de entender a marginalidade como autoaprovação tem tido como consequência o desenvolvimento de estratégias educativas “integradoras”: os programas educativos emergentes desta percepção visam à incorporação dos setores

populares à vida nacional, adaptando-os e integrando-os às condições exigidas pela modernização da sociedade.

Incluir então os “marginalizados” como consumidores dos bens de consumo e culturais, característicos do desenvolvimento modernizador, seria a alternativa para promover a “participação”. Para o autor, entretanto, a “marginalidade” de alguns grupos não pode absolutamente ser compreendida como consequência de “atrasos”, mas de resultado de uma distribuição desigual dos acessos aos benefícios. Para que alguns acumulem poder e vasto patrimônio, é necessário que os outros sejam explorados e sacrificados. A muitos é negada a possibilidade de acesso aos bens materiais e à participação política.

O autor não destaca, então, o conceito de “marginalidade”, mas sim o de “marginalização”. Dentro desta nova concepção, a participação não mais consiste no recebimento passivo dos benefícios da sociedade, mas na real participação na tomada de decisões e nas atividades sociais, implicando, portanto, uma participação ativa. Na teoria da marginalidade, destaca-se uma participação de caráter consumista. Já dentro de um novo contexto, a participação implica um fluxo ativo e decisório no âmbito do processo de produção, distribuição e consumo, além de se estender para a vida cultural e política. Pode-se elevar a participação em um patamar meramente consumista e integrador de bens da sociedade a um audacioso objetivo de autogestão, com caráter conscientizador e libertador, provendo de uma relativa autonomia os grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes.

Para Bordenave (1983, p.32), um outro aspecto da participação precisa ser analisado: “a prova de fogo da participação não é quando se toma parte, mas como se toma parte”.

A forma de participação popular na conjuntura política eletiva do país não tem satisfeito os cidadãos enquanto forma real de participação. Cada vez mais, as pessoas se posicionam para “tomar parte”, realmente, no processo e não apenas nas eleições que se realizam periodicamente.

Para os indivíduos, é possível envolver-se nos processos participativos de forma micro ou macro – denominações conhecidas como social ou macrossocial. Não é comum que as pessoas tenham clareza de seu grau de participação. Muitas vezes, ela acontece em

um nível mínimo, quando deveria ou poderia ser uma macroparticipação. Para A. Meister (*apud* BORDENAVE, 1983, p.24), “A microparticipação é a associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum, da qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos”.

É mister ainda fazer uma distinção entre participação em associações e participação social não é apenas a soma das associações de que se é membro ativo. Portanto, estar associado ou filiado a várias instituições sociais não implica, necessariamente, ter muita participação social. A participação social envolve uma maior abrangência, pois envolve vislumbrar a sociedade como um todo.

O cidadão pode ter uma participação nos grupos primários, da família, dos vizinhos, dos amigos; uma participação secundária, como em associações profissionais, sindicatos e empresas; pode ainda participar dos grupos terciários, como por exemplo nos partidos políticos e nos movimentos de classe. Ao participar de forma macrossocial, está intervindo em processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade. Nesse âmbito, vai desfrutar não só da produção material e cultural, mas também da sua administração e seu usufruto.

Então, segundo Sátira Bezerra Ammann (*apud* BORDENAVE, 1983, p.25), “Participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”.

Dessa forma, o conceito de participação social em muito transcende a dimensão superficial, periférica de um ativismo imediatista e provisório, para se aprofundar no âmago dos problemas e estruturas sociais políticas e econômicas que desestabilizam a sociedade, ou que carecem de construção. Se o grupo social apenas produz bens, porém deles não usufrui, ou se produz e usufrui, porém não participa das formas de gestão destes bens, não se pode dizer que há uma participação verdadeira.

Bordenave (1983, 0. 25), então, conclui que “uma sociedade participativa seria, aquela em que todos os cidadãos têm na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isto possível”.

Neste mesmo raciocínio, vale acrescentar que as microparticipações constituíam um caminho para se efetivar uma macroparticipação e se constituir, realmente, uma sociedade participativa. Um caminho crescente de participação em todos os grupos sociais primários, secundários ou terciários seria um aprendizado crescente do nível micro para o nível macro.

Neste sentido, os sistemas educativos desenvolveriam relevante papel, pois poderiam se constituir em espaços de constantes práticas e reflexões sobre a questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, nas sociedades hodiernas, um interesse generalizado pelos processos participativos em todos os âmbitos e uma intensificação deles, envolvendo desde decisões de assuntos relacionados ao âmbito familiar, como também aos da comunidade, do trabalho, das associações e da política. Esta vontade participativa acompanha a evolução do homem desde a tribo e o clã dos povos primitivos, até as empresas, partidos políticos e organizações, modernas da atualidade. É, portanto, uma necessidade básica e uma característica inerente à natureza social do homem.

Por meio dos processos participativos, desfruta do prazer de fazer, de agir como o outro e percebe que a ação resultante deste engajamento é mais eficiente e eficaz. Além disso, contempla para si outras necessidades básicas, como por exemplo, formas de comunicação, de interação, de auto-expressão, do desenvolvimento do pensamento reflexivo, da auto e da hetero-calorização.

Historicamente, muitos movimentos participacionistas envolveram lutas que são exemplos decisivos na motivação para a participação. Entende-se, hoje, que ficar de fora destes movimentos significa estar “marginalizado”. Entretanto, este é um conceito mal aplicado, pois é comum utilizá-lo para manifestação em relação a qualquer criminoso, excluindo-o da participação nos processos sociais. Esta inadequação terminológica se acentua, quando se refere à participação apenas em bens de consumo ou culturais disponíveis na sociedade. Se assim fosse verdadeiro, bastaria então incluir os marginalizados como consumidores desses bens, como alternativa para promover a participação.

Dessa forma, seria mais oportuno utilizar, não o conceito de “marginalidade”, mas sim de “marginalização”. Nessa nova concepção, a participação não mais consistiria no recebimento passivo dos benefícios da sociedade, mas da real influência na tomada da decisão e envolvimento nas atividades sociais. Isto implicaria um processo realmente ativo, que pudesse evoluir de microparticipações para se efetivar em macroparticipações, constituindo, assim, um caminho e um aprendizado crescente em todos os níveis da vida social.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LIMA NETO, P. A. **A participação**. São Paulo: Brasil, 1989.

PATERMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.